

À conversa com Vítor Cóias: "O património pode e deve ser usado para valorizar o País"

PERFIL GRANDES FIGURAS



18/01/12, 16:06

OJE

O GECORPA - Grémio do Património celebra 15 anos de actividade em defesa do património. Para assinalar a data, será publicado em 2012, e pela primeira vez em Portugal, um Anuário do Património e da Reabilitação. Para o presidente desta associação, Vítor Cóias, "a valorização e divulgação do património é um dos meios mais eficazes para aumentar a competitividade" a nível internacional, atraindo visitantes, criando emprego e estimulando

actividades económicas

Originalmente uma organização destinada apenas a empresas da área da reabilitação do edificado e da conservação do património arquitetónico, esta associação sem fins lucrativos alterou os seus estatutos, incluindo hoje também profissionais do sector e organizações e cidadãos interessados na defesa de monumentos, edifícios e centros históricos.

Num balanço positivo desta década e meia de existência, Vítor Cóias sublinha, ao OJE Mais responsável, que "o GECORPA - Grémio do Património se orgulha de estar na origem da candidatura da Baixa Pombalina da Lisboa a Património Mundial da UNESCO.

Após muitas hesitações, a candidatura está finalmente assumida e consta do plano estratégico da Câmara Municipal de Lisboa", adianta o presidente do GECORPA.

De resto, este Grémio "conseguiu que fossem introduzidas, na legislação, disposições favoráveis à qualidade das intervenções da sua área, promoveu grande número de encontros, congressos e seminários de divulgação, publicou ininterruptamente, ao longo destes 15 anos, a sua revista, a "Pedra & Cal". Tencionamos continuar o nosso trabalho", conclui.

Para assinalar o aniversário, o GECORPA vai publicar, em 2012, um Anuário do Património e da reabilitação, o que acontecerá pela primeira vez em Portugal.

Atualmente, cerca de 40 empresas associadas defendem as "bandeiras" da associação, as quais permitem uma melhor compreensão dos seus objetivos: a valorização dos Centros Históricos e do Património Arquitetónico como alternativa a mais construção; uma maior qualificação das empresas e dos recursos humanos da construção; sustentabilidade na construção; e uma mudança profunda do papel do sector da construção na sociedade.

Para Vítor Cóias, o património "tem sido encarado, até agora, apenas como uma herança que cada geração tem a responsabilidade de transmitir aos vindouros em boas condições. Isto acarreta custos importantes para a sociedade". No entanto, "o património cultural construído pode e deve ser usado - sempre com o cuidado de não o pôr em risco - para valorizar as localidades e as regiões onde se encontra implantado, atraindo visitantes, criando emprego e estimulando actividades económicas", defende.

Até porque, como "é sabido, hoje em dia, as cidades concorrem umas com as outras, a nível internacional, na capacidade de atrair pessoas e investimento. A valorização e divulgação do património é um dos meios mais eficazes de aumentar essa competitividade".

O presidente do GECORPA acredita mesmo, tendo por base estudos de diversos autores, "como Xavier Greffe, Donovan Ripkema ou Terje Nypan", que o investimento na reabilitação e valorização do património é mais vantajoso que o na construção nova, "em termos de rentabilidade, de efeito multiplicador e de criação de emprego". O norueguês Terje Nypan, por exemplo, estima que o investimento na reabilitação e no Património é 13% mais rentável e cria 17% mais emprego do que a construção nova, tal como é 10% mais rentável e cria 27% mais emprego do que a construção de estradas, explica.

Em termos de criação de empregos indiretos por cada emprego direto, o investimento na valorização do património cria 27, enquanto a indústria automóvel não cria mais do que 6 e o investimento em novos "resorts" turísticos não cria mais do que 2,5 acrescenta.

O GECORPA luta, pois, por uma maior qualificação das empresas e dos recursos humanos da construção, já que, no setor, "a mão-de-obra qualificada é ainda mais baixa e a produtividade é, também, mais baixa do que a média do País", lamenta Vítor Cóias. Ora, esta mudança "só se consegue se houver uma maior exigência de qualificação dos agentes da construção. Sendo mais exigentes em termos das competências utilizadas, a reabilitação do edificado e a conservação do património contribuem para um aumento da qualificação", diz.

Para o Grémio, a reabilitação do edificado e da infra-estrutura existente permite eliminar ou reduzir substancialmente os impactos sobre o ambiente, no que se refere à ocupação do solo, à degradação dos ecossistemas e da paisagem e ao consumo de materiais e de energia. É que a construção, no sentido lato, "é uma das atividades humanas de maior impacto sobre o património natural e sobre os

ecossistemas. Em Portugal, esse impacto tem aumentado a um ritmo que é o maior da Europa, incidindo sobre a faixa litoral e, frequentemente, sobre as melhores zonas em termos de património natural e paisagem". Por outro lado, "o ordenamento do nosso território tem sido caótico e, nas últimas décadas, as urbanizações e as autoestradas proliferaram", acusa Vitor Cóias. Já para não falar da vaga de novos resorts turísticos instalados no património natural.

Em resultado "dos excessos do passado recente", existem hoje, em Portugal, cerca de um 1 900 000 alojamentos sem ocupação permanente. Para o presidente do GECORPA, se temos tantos edifícios a mais, o que é lógico é tentar aproveitá-los em vez de urbanizar e construir, aumentando ainda mais a artificialização do solo rural.

"A melhor construção é aquela que não precisa de ser feita. Confrontado com os excessos atrás referidos, o governo tem vindo a declarar o seu empenho na reabilitação do edificado e da infraestrutura. Mas, em Portugal, os promotores e os empreiteiros têm demonstrado alguma aversão à reabilitação: é mais fácil construir de raiz", comenta. Mas, na falta de investimentos públicos, o setor tradicional está, agora, a voltar-se para a reabilitação, embora esta seja mais exigente em termos metodológicos e tecnológicos. "O setor está mal preparado", remata Vitor Cóias.

Finalmente, e a propósito do setor da construção estar ainda muito associado, no nosso país, à facilidade de obtenção de favores políticos e a fraude fiscal, o presidente do GECORPA admite que "é patente o modo com os grandes interesses corporativos se sobrepõem aos da sociedade e a facilidade como se 'salta' dos lugares importantes no aparelho de Estado para as grandes empresas de construção e vice-versa. Isto é sintomático de uma promiscuidade que prejudica o País", diz.

Esta situação "pode ser combatida através da legislação, que deve ser mais exigente, e da fiscalização, que tem de ser mais eficaz". Mas, sobretudo, "através de uma mudança cultural, em que cada cidadão tem de participar, alterando os seus comportamentos. Ernâni Lopes, um economista, ou José Gil, um filósofo, equacionaram devidamente este problema".